

ANO II - EDIÇÃO Nº 207 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 20 de janeiro de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 022/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora KÁTIA GONÇALVES SOARES CORRÊA ROCHA, Técnico Ministerial, matrícula nº 113612, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 09 a 11 de janeiro de 2017 e no dia 13 de janeiro de 2017, durante o afastamento da titular do cargo Alinny Angélica Guimarães Dias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de janeiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 024/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR WANAINA DOS SANTOS BRITO MOUZINHO do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 4ª Promotoria de Justiça da Capital, retroagindo seus efeitos a 02/12/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de janeiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: GUSTAVO SCHULT JÚNIOR

DESPACHO Nº 019/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça Substituto GUSTAVO SCHULT JÚNIOR, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 01, 02 e 03 de março de

2017, em compensação aos dias que permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de janeiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00034

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício anterior.

DESPACHO Nº 020/2017 – De acordo com o art. 17, inciso XII, alínea “i”, c/c § 2º, do art. 9º, ambos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 c/c o ATO nº 064, de 10/06/2014, e observado o disposto no art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, considerando a viagem no itinerário Goiatins/Palmas/Goiatins efetuada pelo Promotor de Justiça Substituto Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva, conforme Memória de Cálculo nº 002/2017, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior, a título de ressarcimento de despesas, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento total da respectiva despesa, conforme a seguir:

Motivo	Data	Despesa	Valor devido
Atender Convocação da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins	15/12/2016	Combustível	R\$ 282,89

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de janeiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

CONVOCAÇÃO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Membros e servidores definidos no Cronograma Anexo, para participarem das Oficinas de Capacitação para Operação do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (E-EXT), a serem realizadas nos dias e horários especificados, sem prejuízo das audiências, plantões e serviços considerados urgentes.

Recomenda-se aos membros que tragam seu notebook e que, aqueles que não puderem comparecer nessa data por motivo de férias, licença ou audiência devem enviar pelo menos um servidor.

Palmas - TO, 19 de janeiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO - CRONOGRAMA TREINAMENTO DO E-EXT

REGIONAL PALMAS			
PROMOTORIA	LOCAL	DATA	C.H
5ª Promotoria de Porto Nacional	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 – 09h às 12h– 14h às 18h. 25/01/17 – 09h às 12h	10 horas
1ª Promotoria de Porto Nacional	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 – 09h às 12h– 14h às 18h. 25/01/17 – 09h às 12h	10 horas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

3ª Promotoria de Porto Nacional	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 25/01/17 - 09h às 12h	10 horas
1ª Promotoria de Paraíso	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 25/01/17 - 09h às 12h	10 horas
4ª Promotoria de Paraíso	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 25/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Araguacema	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 25/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Ponte Alta	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 25/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Novo Acordo	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 25/01/17 - 09h às 12h	10 horas
3ª Promotoria de Guaraí	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 25/01/17 - 09h às 12h	10 horas
1ª Promotoria de Miracema	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	24/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 25/01/17 - 09h às 12h	10 horas
2ª Promotoria de Porto Nacional	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
7ª Promotoria de Porto Nacional	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
3ª Promotoria de Paraíso	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
5ª Promotoria de Paraíso	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
2ª Promotoria de Miracema	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
1ª Promotoria de Guaraí	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Tocantínia	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Pium	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Cristalândia	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Itacajá	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	26/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 27/01/17 - 09h às 12h	10 horas
4ª Promotoria de Porto Nacional	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas
6ª Promotoria de Porto Nacional	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas
2ª Promotoria de Paraíso	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas
3ª Promotoria de Miracema	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Miranorte	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas
2ª Promotoria de Guaraí	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Colmeia	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas
1ª Promotoria de Pedro Afonso	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas
2ª Promotoria de Pedro Afonso	Procuradoria-Geral Auditório do 1º Piso	30/01/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 31/01/17 - 09h às 12h	10 horas

REGIONAL DE GURUPI			
PROMOTORIA	LOCAL	DATA	C.H
1ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
5ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
7ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
1ª Promotoria de Dianópolis	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
2ª Promotoria de Dianópolis	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Taguatinga	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Arraias	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Aurora	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Peixe	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Formoso	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Paranã	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
Promotoria de Palmeirópolis	Sede das Promotorias de Gurupi	01/02/17 - 09h às 12h- 14h às 18h. 02/02/17 - 09h às 12h	10 horas
3ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 - 14h às 18h. 03/02/17 - 09h às 12h - 14h às 17h.	10 horas
2ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 - 14h às 18h. 03/02/17 - 09h às 12h - 14h às 17h.	10 horas
4ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 - 14h às 18h. 03/02/17 - 09h às 12h - 14h às 17h.	10 horas
9ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 - 14h às 18h. 03/02/17 - 09h às 12h - 14h às 17h.	10 horas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

8ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 – 14h às 18h. 03/02/17 – 09h às 12h – 14h às 17h.	10 horas
6ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 – 14h às 18h. 03/02/17 – 09h às 12h – 14h às 17h.	10 horas
Promotoria de Almas	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 – 14h às 18h. 03/02/17 – 09h às 12h – 14h às 17h.	10 horas
Promotoria de Natividade	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 – 14h às 18h. 03/02/17 – 09h às 12h – 14h às 17h.	10 horas
Promotoria de Araguaçu	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 – 14h às 18h. 03/02/17 – 09h às 12h – 14h às 17h.	10 horas
Promotoria de Alvorada	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 – 14h às 18h. 03/02/17 – 09h às 12h – 14h às 17h.	10 horas
Promotoria de Figueirópolis	Sede das Promotorias de Gurupi	02/02/17 – 14h às 18h. 03/02/17 – 09h às 12h – 14h às 17h.	10 horas

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 016/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 04ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010150122201722, em 18 de janeiro de 2017, da lavra do Dr. Alcir Raineri Filho, Procurador de Justiça.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Larissa Neves Parente, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 09/01/2017 a 07/02/2017, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 18 de janeiro de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 017/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Conselho Superior do Ministério Público, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010150190201791, em 18 de janeiro de 2017, da lavra do Dr. Célio Sousa Rocha, Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete em substituição.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Adelmá Cunha Freire de Carvalho, a partir do dia 19/01/2017, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, marcadas anteriormente de 09/01/2017 a 26/01/2017, assegurando o direito de usufruto desses 08 (oito) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 19 de janeiro de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 07010142418201699 - 2016.0000007, autuada a partir de denúncia de que os profissionais da equipe de fisioterapia do HGPP abandonam o posto de serviço no curso da jornada de trabalho com a condescendência da Diretoria-Geral, falta de elementos que propiciem a atuação deste Parquet e pela falta de interesse de complementação por parte da denunciante. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 19 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, em substituição automática na 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, dá ciência ao senhor Raimundo Martins dos Santos, acerca do INDEFERIMENTO da representação registrada na 7ª Promotoria de Justiça, como Notícia de Fato nº 030/2016 e, cujo objeto versa acerca de suposto caso de poluição sonora no Bar do Raimundo, localizado na Rua N-9 c/ a Rua M, Setor Novo Horizonte, no município de Gurupi-TO. Esclarecendo que, o representante poderá interpor recurso contra tal decisão, no prazo de 10 (dez) dias (a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Tocantins), perante a 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º, da Resolução CNMP n.º 023/2007 e do art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO.

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e do artigo 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, dá ciência ao Representante Anônimo, acerca da Promoção de arquivamento proferida nos Autos do Inquérito Civil Público nº 016/2016, instaurado nesta Promotoria de Justiça para “Apurar suposto ato de improbidade administrativa cometido pelo servidor conhecido pelo prenome de Ivanhoé, atuante na área de informática, que vem recebendo salários sem a devida contraprestação laboral no âmbito do Núcleo do Procon de Gurupi/TO”. Esclarecendo que, o aludido procedimento extrajudicial será encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público/TO, e, até a data de sua sessão, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento em referência, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do reportado inquérito civil.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 03/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 03/2017

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 059/2016

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposto ato de improbidade administrativa, decorrente de perseguição política, envolvendo a execução do objeto contido na Ata de Registro de Preços nº 027/2015, através da qual o empresário Allan Paulo Sande de Menezes se comprometeu a prestar ao Município de Cariri do Tocantins, durante o prazo de doze meses, 200 horas de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado e também a fornecer peças de reposição para estes equipamentos.

REPRESENTANTE: Allan Paulo Sande de Menezes

REPRESENTADO: José Gomes (ex-Prefeito de Cariri do Tocantins)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18 de janeiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 17/01/2018

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 003/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Art. 10, inciso XII, da Lei 8.429/92;

ORIGEM: Notícia de Fato nº 27/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Acompanhar a instituição do Sistema de Inspeção Municipal de Alvorada/TO – SIM.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Alvorada/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 18 de janeiro de 2017.

Alvorada/TO, 18 de janeiro de 2017.

Isabelle Rocha Valença Figueiredo
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 004/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Art. 10, inciso XII, da Lei 8.429/92;

ORIGEM: Notícia de Fato nº 37/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar o funcionamento, estruturação e manutenção do Conselho Tutelar de Talismã-TO
INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Talismã/TO.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 18 de janeiro de 2017.

Alvorada/TO, 17 de janeiro de 2017.

Isabelle Rocha Valença Figueiredo
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 006/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Art. 10, inciso XII, da Lei 8.429/92;

ORIGEM: Notícia de Fato nº 24/2016.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar cumulação indevida de cargos pela pessoa de Raimundo Nonato Rodrigues Rocha, motorista e presidente da Câmara de Vereadores do município de Talismã.

INVESTIGADO: Raimundo Nonato Rodrigues Rocha.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 18 de janeiro de 2017.

Alvorada/TO, 18 de janeiro de 2017.

Isabelle Rocha Valença Figueiredo
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 007/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Art. 10, inciso XII, da Lei 8.429/92;

ORIGEM: Acórdão TCE/TO – Contas ano 2011.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar fracionamento de despesas na compra de peças para veículos, com intuito de fugir de procedimento licitatório, no ano de 2011, tendo como investigado o gestor municipal à época, Reginaldo Martins Rodrigues.

INVESTIGADO: Reginaldo Martins Rodrigues.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 18 de janeiro de 2017.

Alvorada/TO, 18 de janeiro de 2017.

Isabelle Rocha Valença Figueiredo
Promotora de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARANÁ

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 003/2016

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público no 003/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 003/2016
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Paranã-TO.
FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública); art. 6º, incisos I e II da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)
ORIGEM: Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor - CAOCON
DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Administrativo nº 2015/1001 – CAOPDC .
ASSUNTO (CNMP): Direito do Consumidor.
FATO EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades nos estabelecimentos comerciais no cumprimento das leis sanitárias e consumeristas, no município de Paranã-TO
REPRESENTANTE: Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Consumidor - CAOCON
REPRESENTADOS: Supermercado Luana e Outros
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Paranã-TO, 19 de outubro de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 02/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: De ofício
FATOS EM APURAÇÃO: Apurar quais condições contribuem para escassez de combustível das ambulâncias em Ponte Alta do Tocantins – TO.
INVESTIGADO: A apurar
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 18 de janeiro de 2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 03/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: De ofício
FATOS EM APURAÇÃO: Apurar quais condições contribuíram para o não pagamento dos profissionais de saúde que prestaram serviços ao município de Ponte Alta do Tocantins até a data de 31/10/2016.
INVESTIGADO: A apurar
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 18 de janeiro de 2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 04/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Notícia de Fato nº 32/2016
FATOS EM APURAÇÃO: Averiguar – em caráter preventivo – a regularidade da prestação de serviço de fornecimento de água encanada e esgotamento sanitário e se a má prestação caracteriza alguma espécie de responsabilidade da empresa investigada.
INVESTIGADO: ATS – Agência Tocantinense de Saneamento
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 18 de janeiro de 2017

 (63) 3216-7598
 (63) 3216-7575
 www.mpto.mp.br
 ouvidoria@mpto.mp.br

